

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO I.

Maria Miraíre Pereira Silva (Autora), Francisca Thais Pereira Costa (Co-autora), Iandra Fernandes Pereira Caldas (Co-autora)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte -UERN/miraire@hotmail.com, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/tatahpedagogia@outlook.com,
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/iandrafernandes@hotmail.com

RESUMO: A cada dia, conceitos como diversidade, diferença, igualdade e inclusão têm permeado o universo escolar. Esta situação, exige uma reflexão profunda a respeito da formação dos professores para a diversidade, uma vez que, têm se tornado um desafio permanente para os cursos de formação, preparar profissionais para atender de forma igual a todos os seus alunos. Diante desse cenário, o presente artigo trará uma discussão teórica acerca da formação docente e como a mesma influencia na formação para a diversidade, tomando por base uma pesquisa bibliográfica em torno de diversos autores, que trazem discussões teóricas relevantes sobre essa temática, para então traçarmos uma reflexão a respeito da formação de professores para a diversidade a partir das experiências vividas no Estágio Supervisionado I, realizado na Educação Infantil. Partindo dessa premissa, pudemos compreender que é de extrema importância a formação de professores para a diversidade, já que muitos profissionais não se sentem preparados para lidar com essa gama de questões, embora já tragam em seus discursos a vontade de construir uma sociedade inclusiva.

Palavras-chave: Formação Docente, Diversidade, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Uma boa formação profissional, constitui-se um fator de extrema importância para toda e qualquer profissão. É conveniente, portanto, afirmar que o professor, enquanto sujeito de sua profissão, também tenha uma formação profissional que seja obtida com sucesso, garantindo ao docente o desenvolvimento de sua identidade. Assim, torna-se imprescindível traçar discussões sobre a diversidade e sobre a necessidade da formação de profissionais da educação para tal, uma vez que este se depara com um espaço educacional marcado por uma diversidade cultural, social, étnica e econômica. Sob esse viés, surge a necessidade de uma qualificação/preparação deste profissional e posteriormente contribuir para uma educação eficiente, que respeite as diferenças e se adeque a toda essa diversidade.

Portanto, preparar professores para refletirem e trabalharem com a diversidade no contexto escolar, significa abrir espaços que permitam a transformação da escola em um local onde o

diferente seja respeitado e valorizado, sendo visto como um aspecto enriquecedor para o ambiente escolar. Dessa maneira, propomos uma discussão sobre o processo de formação docente na perspectiva das diversidades, discutindo sobre a dificuldade dos professores para lidar com determinadas situações do cotidiano escolar que não são comuns em sua profissão.

Desse modo, o presente trabalho que se segue está dividido em duas partes: a primeira irá trazer uma breve contextualização teórica relacionada a formação de professores numa perspectiva da diversidade com base nas concepções teóricas as concepções de Santos (2009), Lima (2002), Figueiredo (2009), Moreira e Candau (2008); a segunda trará uma reflexão a partir de algumas situações observadas no período de observação e de regência do Estágio Supervisionado I na educação infantil, realizado em uma creche da rede municipal de ensino de Pau do Ferros/RN. Assim, discutiremos a respeito da necessidade de um profissional preparado para lidar com crianças com necessidades especiais, questão que foi observada durante este estágio.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE: NOS CAMINHOS DA PESQUISA.

Historicamente, a educação vista como um privilégio de uma elite, que detinha um certo nível e *status* social, onde as pessoas com necessidades especiais eram excluídas tanto no âmbito social quanto educacional, e eram vistas como retardados, incapazes e anormais. Somente a partir da década de 1970, alguns estudiosos passaram a acreditar no potencial de aprendizagem da pessoa com deficiência, pois agora não se defendia mais a segregação dos alunos em instituições especializadas, e sim, a ideia de uma educação numa perspectiva de integração apoiada na possibilidade de que as escolas regulares podiam inserir os alunos que apresentassem necessidades especiais nas salas comuns, pois a democratização da escola e a universalização do ensino, o direito à educação passou a ser de todos.

Partindo desse pressuposto, o que se espera é que também seja disponível o acesso à educação para crianças pobres, marginalizadas ou que são portadoras de deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, pois mesmo que os indivíduos considerados “normais”, não tenham nascido com alguma deficiência física ou cognitiva, ele poderá adquiri-la em determinado momento de sua vida, e para isso, necessitará de um atendimento especializado.

Os anos 90 trazem novas mudanças na estrutura da sociedade e da educação escolar. Surge, então, a chamada Escola Inclusiva a considerar as necessidades de todos os alunos, estruturando-se em função dessas necessidades, sendo que tal estrutura deve ser eficiente para atender a todos os

alunos, nos seus diferentes níveis de ensino. A escola e o sistema educacional buscam apoio para trabalhar as diferenças, sem tirar essas crianças do convívio social. Portanto, o respeito à diversidade relaciona-se intimamente com o direito a inclusão social. O respeito ao diferente não surtirá efeito se não vier acompanhado da compreensão desse diferente aos mesmos direitos, entre eles, a educação, em todos os seus níveis.

Sabe-se que educação inclusiva não é apenas garantir o acesso à escola para crianças com necessidades especiais, mas também procurar atender de forma igual a todos os alunos em sala de aula. Entretanto, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado que ofereça aos professores orientação e assistência. Para que isso aconteça, o professor precisa trabalhar a inclusão voltada para um ensinar e aprender para a diversidade. Assim, tanto a formação inicial como a formação continuada devem discutir os princípios de uma educação inclusiva e os fundamentos da Educação Especial, voltadas para preparar o professor para lidar com a diversidade, sendo um profissional capaz de construir estratégias de ensino, que seja capaz de adaptar o conteúdo trabalhado afim de suprir as necessidades de seus alunos, sendo um sujeito com princípios éticos, políticos e filosóficos.

A formação docente sempre tem se constituído um desafio constante para o avanço profissional. Dessa maneira, é preciso vencer esses desafios, e para isso são necessárias mudanças na profissão docente, pois a medida que a sociedade vai sofrendo transformações, também se faz necessário que o professor acompanhe essas mudanças, pois a escola não deve ser mais vista como um espaço homogeneizado, em que antes só atendia apenas crianças tidas como normais.

Nessa perspectiva, Santos (2009) ressalta a importância de a escola ser vista como um processo, e não como um produto acabado, pois a escola não é, e sim, está sendo. Nesse contexto concreto é que a questão da inclusão escolar e social deve ser pensada, possibilitando uma educação de qualidade para todos, ressaltando ainda, que isso deve ocorrer no espaço da escola regular, dita Escola de Todos. Mendes, 2004 afirma que:

Educar crianças com necessidades especiais juntamente com seus pares em escolas comuns é importante, não apenas para prover oportunidades de socialização e de mudar o pensamento estereotipado das pessoas sobre as limitações, mas também para ensinar o aluno a dominar habilidades e conhecimentos necessários para a vida futura dentro e fora da escola. (p. 228).

Assim, a escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar, ou seja, esse espaço educacional deve ser usufruído por

todos. Sendo assim, o atendimento educacional especializado deve existir sim, entretanto não deve ser visto como algo substitutivo, mais sim como trabalho de caráter complementar, dessa maneira, os alunos com deficiências e/ou necessidades especiais, não devem ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum.

Apesar dos avanços dos ideários e de projetos político-pedagógicos, muitas instituições de ensino ainda não implementaram ações que favoreçam a formação de seus professores para trabalharem com a inclusão. Para tanto, é importante que eles compreendam o contexto sócio histórico da exclusão e o da proposta de inclusão. Além disto, que possuam o domínio básico de conhecimentos que os auxiliem a se aproximarem das pessoas com deficiência, no sentido de integrarem com elas, obtendo assim subsídios para atuarem pedagogicamente (Lima, 2002).

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitas vezes, os cursos de formação de professores pregam a ideia de que este profissional precisa atender alunos com e sem necessidades educacionais especiais de forma igual em suas salas de aula. Porém, será que os professores estão realmente preparados para garantir, na prática, o direito desses alunos?

Muitos dos docentes sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula e acabam sentindo-se desmotivados por acreditarem que não vão conseguir lidar com o aluno com este tipo de problema. No entanto, estes mesmos professores não procuram uma formação continuada que lhe ajude a entender e trabalhar com este aluno. De acordo com Figueiredo (2009), um professor capaz de organizar situações de aprendizagem considerando a diversidade de seus alunos precisa organizar tempos e espaços de aprendizagem, situar-se como um mediador do conhecimento, dar atenção às diferenças de seus alunos, assumir diferentes papéis no processo de ensino-aprendizagem e organizar seus alunos a fim de promover a interação em sala de aula.

Assim, Figueiredo (2009), argumenta ainda, que a formação de professores, deve levar em consideração os princípios da escola inclusiva, que só poderá acontecer se esta estiver inscrita num espaço coletivo, que contemple aspectos teóricos, práticos e atitudinais, o que possibilitará uma mudança de cultura na escola. Ou seja, os professores, a comunidade escolar, as famílias, a sociedade em geral devem mudar suas concepções e ideias a respeito da diversidade, diferença e deficiência, para que possam dividir um espaço de interação e cooperação, baseada numa cultura colaboradora, respeitando e convivendo com as semelhanças e diferenças, legitimando assim, o

contexto da diversidade, num ambiente onde todos os alunos poderão ser vistos como capazes, e suas peculiaridades serão respeitadas durante o processo de escolarização.

Segundo Mendes (2004), o futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá não só de mudanças no currículo e na formação de professores para o exercício dessa prática inclusiva e aberta a diversidade, mas sim um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais, a fim de trabalhar uma meta comum: a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos.

Cabe assim ao professor exercer o seu papel, porém há a necessidade de orientar também os outros profissionais que compõem a escola, visto que, o sucesso da organização da educação voltada para a diversidade nas escolas depende também da integração entre toda comunidade escolar, e que as atitudes desta possam refletir nos alunos incluídos.

No que se refere ao trato da diversidade cultural no contexto escolar, Moreira e Candau (2008), trazem uma discussão acerca do multiculturalismo, que trata da luta contra a discriminação e opressão, que são temas predominantes no contexto educacional. Para estes autores, o multiculturalismo tem sido compreendido como um campo teórico, prático e político que busca respostas à diversidade cultural e desafio a preconceitos, buscando uma educação que valorize a pluralidade no contexto escolar.

Frequentemente, muitos professores têm se confrontado com perguntas como: como lidar com essa criança tão "estranha"? Como ensinar-lhe os conteúdos que se encontram nos livros didáticos? Esses questionamentos evidenciam a dificuldade presente entre os professores em adotar uma prática multicultural.

Esta discussão em torno do multiculturalismo, nos faz refletir e pensar a formação de professores como a maneira fundamental de se preparar um profissional que valorize as diferenças no espaço escolar, pois uma formação multiculturalmente orientada deve criar como fruto, condições e instrumentos que permitam aos futuros educadores atuarem como profissionais reflexivos e comprometidos em romper com as práticas discriminatórias presentes no cotidiano escolar, constituindo assim, sua identidade como professor que trabalhe na perspectiva da diversidade. Além disso, pensar também a respeito da formação continuada de professores em uma perspectiva multicultural, significa pensar em uma efetiva mudança de atitude, de postura e de olhar sobre a diversidade e a diferença.

Não se pode esperar que na formação de professores, todos desenvolvam as mesmas competências profissionais para trabalhar de forma que venha a tender igualmente todos os alunos, assim:

Para que a diversidade nas práticas educativas se efetive, faz-se necessário um clima global sensível, que possibilite melhorar a situação de cada membro da comunidade educativa, pautada no compromisso e nas atitudes, em que aluno e professor se percebam partícipes de uma comunidade na qual possam encontrar apoio mútuo. (FIGUEIREDO, 2009. p. 144).

Dessa forma, é de suma importância que os cursos de formação de professores estejam voltados para essa visão multicultural, no intuito de capacitá-los a criar, levantar possibilidades e inventar novas situações de aprendizagem em sala de aula, contribuindo assim para uma nova escola, mais aberta, diversa e integral, pois somente com professores com essa nova formação, é que se pode desenvolver um processo escolar de educação consoante a realidade sociocultural brasileira, pois mesmo sabendo dessa necessidade de considerar a heterogeneidade vigente no cotidiano da escola e da sala de aula real, muitos professores não estão sendo preparados para trabalhar com a diversidade.

UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO I.

A profissão docente é construída pelas ações e práticas do professor que, enquanto profissional, busca reflexões sobre a realidade social, educacional e escolar, a fim de construir sua prática. Dessa forma, as experiências vividas no estágio são uma oportunidade para que os futuros professores possam vivenciar momentos para a construção de uma identidade profissional. Essas experiências são oportunidades para os alunos dos cursos de formação de professores, terem contato com a diversidade existente na escola, observando a necessidade da existência de práticas que valorizem as diferenças. Partindo deste princípio, iremos tecer uma discussão a respeito de nossa experiência de Estágio Supervisionado I, vivenciado numa creche do município de Pau do Ferros/RN.

De início, percebemos que o espaço da escola é bastante limitado, já que a creche se encontra situada em uma casa de família, que foi adaptada para receber as crianças. Apesar do espaço limitado, a equipe da escola se mostrou bastante receptiva, e comprometida com o seu trabalho.

Nossa regência ocorreu numa sala de alunos de 3 a 4 anos, conhecida como de creche IV, que continha 26 alunos, entre eles, uma criança muito agitada, chorava quando ouvia muito barulho, não conseguia se concentrar nas atividades, e a única coisa que lhe chamava a atenção era assistir ao DVD de Patati e Patatá, embora não por muito tempo. Mesmo apresentando todas essas características, que demonstravam que ela apresentava alguma necessidade especial, as professoras não sabiam informar especificamente que necessidade era essa, pois ainda não havia sido feito um diagnóstico por um profissional especializado.

As professoras também relataram a dificuldade de se ter um diagnóstico exato dessa criança, já que faltava o apoio e a compreensão da família, que de início não aceitava que a criança pelo seu comportamento/atitudes, possuía uma necessidade especial, porém, já haviam começado a levá-la para o fonoaudiólogo e ao psicólogo. Além disso, as mesmas relataram que não estavam aptas para lidar com aquela criança, pelo fato de não terem uma formação que preparasse para trabalhar com metodologias significativas, que pudessem atender as necessidades da referida aluna. Uma das professoras se voltava praticamente para ficar “prestando atenção” nesta aluna, visto que, ela era inquieta e impaciente, por este motivo, as professoras mantinham a porta da sala sempre fechada para que ela não pudesse sair. Entretanto, isso acabava, muitas vezes, piorando a situação, pois ela ficava muito agitada devido ao barulho de sua sala e das outras turmas.

Percebemos, que as professoras não incluíam a aluna no desenvolvimento das atividades, não procuravam fazer com que ela interagisse com as outras crianças, e não a traziam para participar de atividades recreativas, e que desenvolviam a coordenação motora, a linguagem oral, como por exemplo, as cantigas e brincadeiras de roda.

Durante o período de regência, essa aluna só compareceu dois dias, pois estava doente. No entanto, mesmo sem saber e nem estarmos prontas para trabalhar com ela, procuramos incluí-la ao máximo nos dois dias de aula que ela participou, desenvolvendo atividades lúdicas, procurando desenvolver o potencial das crianças, proporcionando condições adequadas ao seu desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social.

A primeira atividade na qual ela participou, foi sobre higiene bucal, onde buscamos promover e estimular o hábito de higienização bucal, para desenvolver nos alunos hábitos de higiene. Na segunda atividade, trabalhamos as cores e seu reconhecimento. Em ambas as aulas, percebemos que ela participava apenas da pintura de atividades, porém, na hora da história era o momento em que ela não se concentrava como os demais alunos, e as professoras lhe entregavam algum brinquedo, com o intuito de deixarem-na quieta.

Assim, notamos que, sentimos dificuldade em trabalhar com esta criança, pelo fato de nunca termos tido o contato com uma criança com necessidades especiais em sala de aula, além da falta de espaço para que ela pudesse interagir melhor, não termos estudado teóricos nesta área e nem termos uma formação específica para lidar com esta criança. Da mesma forma, sentimos também a dificuldade das duas professoras em desenvolver atividades que chamassem a atenção e promovesse o desenvolvimento dela. Para isso, estas docentes, assim como nós estagiárias, precisaríamos de uma formação que lhe preparassem para trabalharmos na perspectiva da diversidade e da inclusão.

Mesmo não tendo essa preparação, as professoras reconheciam que é necessário existir uma preparação que colabore com os/as profissionais da educação ajudando-os a lidar com as diferenças. No entanto, não buscavam uma formação continuada que as ajudassem a lidar com esta criança. Estes aspectos que observamos durante o período do estágio, nos trouxe questionamentos como: Que tipo de formação tem sido ofertada aos professores? Por que estes não buscam uma formação continuada que lhe ajude a trabalhar com crianças especiais? Será que é falta investimento ou será que é falta de vontade por parte do professor em buscar tal formação?

Constatamos que a formação de professores, inicial e continuada, precisa acontecer de tal modo que os preparem para a diversidade das salas de aula, pois, como educadores, precisamos trabalhar para acabar com imagem negativa que é associada ao diferente. Além disso, também se faz necessário que a escola tenha um apoio pedagógico para ajudar ao professor a trabalhar com essa criança. Assim, percebemos que realmente é importante buscar uma formação continuada, no entanto, muitos professores não a procuram. Além disso, sabemos da importância de uma formação para a diversidade, e o estágio é uma experiência bastante significativa, pois ajuda ao aluno em processo de formação ter contato e poder refletir sobre o exercício da profissão voltado para a diversidade e a inclusão.

Portanto, o estágio é um momento onde confrontamos nossas potencialidades e limites, e pode ser visto como um momento crucial na formação de educadores, pois pode configurar-se num momento em que o futuro professor pode ter contato com crianças portadoras de necessidades especiais, contribuindo tanto para a prática diária como para sua própria formação pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que, precisamos pensar na visibilidade da formação de professores para a diversidade presente nas salas de aulas cada vez mais heterogêneas, para que assim, nos cursos de

formação superior seja possível pensar um ensino que repense a formação de cidadãos, contribuindo para discussões mais críticas, possibilitando que crianças possam respeitar a diversidade e que o professor exerça sua prática voltado para essa perspectiva. Desse modo, a construção de uma escola inclusiva é um processo que requer o comprometimento de todos os envolvidos no processo escolar.

O estágio nos possibilitou essa aproximação com a nossa futura área de atuação profissional, pois podemos vivenciar, mesmo que por um período curto, as dificuldades que o professor quando não capacitado, enfrenta no ambiente escolar para a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais.

Diante dessa experiência, percebemos que os professores não estão sendo preparados para trabalhar com a diversidade existente em sala de aula e principalmente para inclusão de crianças com necessidades especiais no processo de ensino aprendizagem de forma ativa e significativa, pois na maioria das vezes, o processo de formação desconsidera essa heterogeneidade vigente no cotidiano da escola e da sala de aula real. Sendo assim, esses professores são educados para trabalhar apenas com um aluno ideal e quando se dão conta de que a realidade que estão vivenciando é outra completamente oposta, sentem-se impotentes e até mesmo frustrados.

Além dessa falta de formação continuada e específica das professoras, outros fatores também contribuíam para dificultar o trabalho delas com essa criança, como por exemplo a falta de espaço, de recursos e de materiais adequados para trabalhar com a mesma.

Em relação a nosso aprendizado enquanto futuras pedagogas, associando o que vivenciamos no estágio com os questionamentos feitos em sala de aula na disciplina Educação Especial e Inclusão, vimos as dificuldades que os professores enfrentam no processo de inclusão escolar em escolas públicas, e muitas vezes se torna um desafio a ser enfrentado dia após dia para esses profissionais, principalmente quando não há formação ou um apoio especializado e condições estruturais.

REFERÊNCIAS

CANDAU, V. M; MOREIRA, A. M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FIGUEIREDO, R.V. A formação de professores para a inclusão de alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN, M.T.E. O desafio das diferenças nas escolas. Rio de Janeiro: Vozes 2009.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MENDES. E.G. Construindo um “lócus” de pesquisas sobre a educação especial. In: MENDES. E.G.; ALMEIDA, M.A. e WILLIAMS, L.C.de A. **Temas em Educação Especial: avanços recentes**. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

SANTOS, M. T. da C. T. Inclusão escolar: desafios e perspectivas. In: MANTOAN, M.T.E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Rio de Janeiro: Vozes 2009.